



JNF PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ.: 09.599.656/0001-47

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores expressos em milhares de Reais)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A JNF Participações S/A é uma sociedade anônima de capital fechado. A sociedade tem por objetivo social a participação no capital social de sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Com o intuito de operar no segmento de seguros de danos, através da 9ª Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas foi modificado o objeto social da Companhia, que passou a ser a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Em dezembro de 2017 a administração protocolou na SUSEP pedido de autorização prévia para operar com a atividade de seguros de danos, cujo expediente foi favorável com carta homologatória expedida em fevereiro de 2018. A partir dessa autorização foi constituída a JNS Seguradora S/A (CNPJ. 30.862.594/0001-00), cuja autorização de funcionamento ocorreu por intermédio da Portaria SUSEP nº 7.162, de 26 de julho de 2018.

Em decorrência do capital excessivo, frente a nova finalidade da holding e também em face da vedação na manutenção de créditos com partes relacionadas, e considerando as vedações constantes nas normas do Conselho Nacional de Seguros Privados, mais especificamente o artigo 91 da Resolução CNSP 321/2015 e alterações posteriores, em 2018 foi proposta e deliberada pelos acionistas, através da 10ª Assembleia Geral Extraordinária, a redução do capital social em R\$ 29.000.000 (vinte e nove milhões de reais). A proposta de redução ocorre da seguinte forma: (a) R\$ 7.814,047 (sete milhões, oitocentos e quatorze mil, quarenta e sete reais), mediante a entrega do valor, em espécie e (ii) R\$ 21.185.953 (vinte e um milhões, cento e oitenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e três reais), mediante a cessão de créditos com partes relacionadas.

NOTA 2. APRESENTAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade

A administração declara que a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras da controladora e as demonstrações financeira consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se por base a legislação societária, as Normas do Conselho Nacional de Seguros Privados, da Superintendência de Seguros Privados (“Susep”) e pronunciamentos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, desde que referendados pela Susep.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação adotada pela empresa, arredondada para a unidade de real mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

d) Demonstração de resultado abrangente



A Demonstração do Resultado Abrangente não está sendo apresentada em razão da inexistência de valores que se enquadrem como outros resultados abrangentes.

e) Continuidade

A Administração considera que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

f) Autorização para emissão e divulgação

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 30 de março de 2022.

g) Bases de consolidação

Para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foi eliminada a participação da controladora na sociedade seguradora JNS Seguradora S/A, os saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

A seguir discrimina-se a participação na investida, apresentado os principais números ao final de 31/12/2021:

Controlada	Ativo	Passivo Corrente	Patrimônio Líquido	Resultado	Participação
JNS Seguradora S/A	72.932.819	25.404.252	33.259.380	886.504	90%

NOTA 3. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça uso de certas estimativas contábeis que podem afetar valores reportados de ativos e passivos, bem como a divulgação de informações sobre dados das demonstrações financeiras.

Nota 3.1. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como “provável”, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, consideradas as orientações previstas nas Cartas Circulares SUSEP/DECON/GAB Nº15/06 e 17/06. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

Em 31 de dezembro de 2021 não havia processos contingentes em andamento.

NOTA 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas são as seguintes:



Nota 4.1. Classificação de itens circulante e não circulante

Os ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 (doze) meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 (doze) meses são classificados como itens não circulantes.

Nota 4.2. Compensações entre contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

Nota 4.3. Instrumentos financeiros

Nota 4.3.1. Ativos financeiros não derivativos

São reconhecidos os empréstimos, recebíveis e depósitos bancários inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual as empresas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

É deixado de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando as empresas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata a partir da data da contratação, os quais não são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Nota 4.3.2. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Nota 4.4. Valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Nota 4.5. Apuração do resultado

Nota 4.5.1. Receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

(i) os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos nas contas de resultados, pelo valor proporcional no prazo de vigência do risco;

(ii) as receitas e despesas de prêmios e comissões relativas a responsabilidades repassadas a resseguradores, pelo regime de competência.

Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos, quando aplicável, são calculados e registrados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial.

Nota 4.5.2. Receitas de juros

As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por "impairment", é reduzido o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

Nota 4.5.3. Resseguro

Os processos de resseguros são registrados no sistema operacional, de acordo com cada contrato negociado, para cada uma das linhas de coberturas. Os contratos de resseguros facultativos são negociados de acordo com as políticas e a legislação em vigor, sendo a conformidade do processo monitorado pela área de resseguros.

No processo de resseguro facultativo, executado pela área técnica, as operações devem ser aprovadas através do controle de aceitação de risco. Além disso, toda a documentação do processo de resseguros é devidamente verificada pela gerência de resseguros. Para evitar o risco de crédito com corretores de resseguros e resseguradoras, foram estabelecidos procedimentos e políticas que visam a manutenção da liquidez das operações. Para tratar tais questões, foi criado um comitê, o qual decide sobre as operações novas e em curso.

Todas as alterações nos termos e condições de resseguros estão de acordo com os manuais e políticas de subscrição. Toda e qualquer mudança ocorrida nos termos e condições dos tratados de resseguro são comunicadas para os subscritores pela área de resseguros. Antes desta comunicação as áreas subscrição/produto executam as alterações no sistema de acordo com as novas condições da apólice.

O resultado é apurado pelo regime de competência do exercício e considera os rendimentos, os encargos e os efeitos das variações monetárias, ou variações incidentes sobre os ativos e passivos e os efeitos dos ajustes dos ativos ao valor de realização, quando aplicável.

Nota 4.6. Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos.

A despesa com juros sobre o capital próprio é classificada diretamente na demonstração do patrimônio líquido.

Nota 4.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é apurado com base no lucro real, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15% de IRPJ mais adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é determinada pela aplicação de 9% sobre a respectiva base tributária ajustada.



No segmento de seguros, a contribuição social quando constituída é calculada pela alíquota de 20%, conforme disposto na Lei 13.169 de 06 de outubro de 2015. A partir de 01 de janeiro de 2019 a alíquota da contribuição social passou a vigorar em 15%, conforme artigo 1º da Lei 13.169/2015. Em 01 de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1034, convertida na Lei nº 14.183/2021 em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da CSLL dos setores financeiro, segurador e cooperativa para 20% durante o período de 1º de julho de 2021 até 31/12/2021. O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R\$ 240 mil no exercício.

A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de tributos diferidos. É reconhecido no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

PIS e COFINS

No segmento de seguros as contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

Nota 4.8. Classificação de contratos de seguro e contratos de investimento

Na adoção do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), foi efetuado o processo de classificação de todos os contratos de seguro e resseguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial onde o evento segurado ocorre, comparado com cenários onde o evento segurado não ocorre. São emitidos diversos tipos de contratos de seguros em ramos que transferem risco de seguro, risco financeiro ou ambos. Como guia geral, é definido o risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. Não foram identificados contratos classificados como “contratos de investimento” na aplicação do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4).

Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Os contratos de resseguro que não atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 (equivalente ao IFRS 4) são classificados como ativos financeiros. Todos os contratos de resseguro foram classificados como contratos de seguro por transferirem risco significativo de seguro entre as partes no contrato.

Nota 4.9. Ativos intangíveis e outros intangíveis

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo consolidado, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- (i) é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- (ii) a administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- (iii) o software pode ser vendido ou usado;
- (iv) o software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- (v) estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e

(vi) o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

Os custos durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos, são alocadas as suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para impairment periodicamente.

Nota 4.10. Passivos oriundos de contratos de seguros

Segundo o CPC 11, foi utilizada a isenção de aplicar as práticas contábeis anteriores, ou seja, BRGAAP (políticas e práticas contábeis adotadas no Brasil que estão relacionadas abaixo) utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização desta isenção, foram aplicadas as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como: (i) teste de adequação de passivos, (ii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, dentre outras práticas contábeis previstas e permitidas segundo o CPC 11 para uma entidade que adota essas normas pela primeira vez.

Nota 4.10.1. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir:

(i) A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela parcela dos prêmios emitidos e retidos, correspondentes ao exercício de risco não decorrido do prazo de vigência de cada apólice, segundo parâmetros e normas determinadas pelo CNSP, atualizada monetariamente no caso de seguros indexados. A provisão de prêmios não ganhos referentes aos riscos vigentes e ainda não emitidos (RVNE) é constituída conforme Nota Técnica Atuarial, em que são justificadas as metodologias de estimação, conforme Resolução CNSP Nº 321/15, consolidada pela Circular Nº 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores.

(ii) A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída com base na estimativa de pagamentos prováveis, avisados até a data das demonstrações financeiras, líquidos de recuperações e cosseguros cedidos e determinada com base nas notificações de sinistros avisados. O valor final de PSL já considera, se necessário ajustes estimados pela parcela de IBNER.

(iii) A provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) é constituída para todos os ramos de atuação, com base em metodologia descrita em Nota Técnica e leva em consideração a experiência de sinistralidade.

(iv) A provisão de despesas relacionadas é constituída para todos os ramos de atuação, com base em metodologia descrita em Nota Técnica e leva em consideração as despesas referentes a sinistros já avisados e referentes a sinistros ocorridos, mas ainda não avisados.

(v) As receitas de comercialização de contratos de resseguro e custos de originação dos contratos (DAC) são amortizados no decorrer do prazo de vigência das apólices.

Nota 4.10.2. Teste de adequação dos passivos

Conforme requerido pelo CPC 11 e pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, em cada data de balanço é elaborado o TAP para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-

se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros.

O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor presente das estimativas dos fluxos de caixa das obrigações futuras que venham a surgir no cumprimento das obrigações dos contratos de seguro e a soma contábil das provisões técnicas, na data-base, deduzida dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados aos contratos de seguros. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram trazidas a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), utilizando o indexador de taxa pré-fixada e o cupom IPCA. A taxa de juros a termo pré-fixada e do cupom IPCA foram obtidas a partir dos parâmetros informados pela ANBIMA para 31 de dezembro de 2021. O fluxo de despesas administrativas/operacionais foi trazido a valor presente utilizando o cupom IPCA, dado que os componentes das despesas administrativas, como salários, aluguel e outros seguem os níveis da inflação cujo índice oficial é o IPCA. Os demais fluxos por serem nominais foram trazidos a valor presente pela taxa a termo pré-fixada. Na projeção dos fluxos de caixa foram considerados os prêmios, os sinistros ocorridos e ainda não pagos, os sinistros a ocorrer, despesas administrativas, e as despesas relacionadas à liquidação dos sinistros. Para este teste, os contratos são agrupados em uma base com características de risco similares.

A seguir, divulgam-se as principais premissas adotadas no TAP:

- Sinistralidade: 19% (com base em experiência própria, apurada entre 12/2018 e 10/2021)
- Despesas administrativas: 33,55% (com base nas despesas reais do exercício)
- Tributos (PIS/COFINS): 4,65%

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos que inclui os sinistros a liquidar (PSL), os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e as despesas relacionadas (PDR). O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas foi comparado a soma das provisões técnicas - PPNG e PPNG-RVNE, líquidas dos custos de aquisição diferidos relacionados diretamente ao negócio.

O Teste de Adequação dos Passivos do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não indicou a necessidade de ajuste nas provisões técnicas de seguros.

Nota 4.11. Custos de aquisição e comissão de resseguro

Os custos de comercialização e as receitas de comissão de resseguro são registrados quando da emissão da apólice e reconhecidas no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição do diferimento das despesas e receitas de comercialização.

Nota 4.12. Normas e interpretações de normas ainda não adotadas

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 – Instrumentos Financeiros	Refere-se orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito, para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização do hedge	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018 Somente será aplicável quando referendado pela SUSEP
IFRS 17 – Contratos de Seguros	Estabelece princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021 Somente será aplicável quando referendado pela SUSEP

NOTA 5. GERENCIAMENTOS DE RISCOS

A diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da empresa. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

No segmento de seguros, a Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores, estabelece que as sociedades avaliem de forma geral a sua exposição aos seguintes riscos, provenientes de suas operações e de suas atividades de investimentos financeiros: (i) Risco de subscrição de seguro; (ii) Risco de crédito; (iii) Risco de liquidez; (iv) Risco de mercado; (v) Risco operacional; (vi) Risco de capital; (vii) Análise de sensibilidade e; (viii) Risco financeiro.

Nota 5.1. Gestão do risco de subscrição

O risco de subscrição é a possibilidade de haver perdas decorrentes de falhas na especificação das condições de aceitação, na tarifação do produto ou ainda de efetuar provisões técnicas insuficientes, tecnicamente mal dimensionadas ou elaborar políticas de resseguro ou transferência de risco inadequada.

Mitigadores do risco de aceitação do produto – A aceitação dos riscos é administrada principalmente, pela precificação, seleção e critérios de pulverização. Há constante monitoramento em relação aos resultados auferidos de forma a propiciar a implementação e revisão das políticas de aceitação, a qual, em linhas gerais, consiste na aplicação da teoria da probabilidade aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. É mantida uma carteira de seguros pulverizada e diversificada de forma a minimizar o risco de um impacto significativo em seu índice de sinistralidade. O principal risco é que a frequência e severidade de sinistros sejam maiores do que o estimado.

Mitigadores do risco de subscrição – A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Os modelos de subscrição encontram-se devidamente aprovados e registrados junto ao órgão regulador e são consistentes com os produtos e estruturas de coberturas oferecidas ao mercado, de forma a atender as necessidades específicas de cada segurado e de realizar o estudo dos custos e receitas, visando retorno aos acionistas. Basicamente, a subscrição dos riscos é procedida através de análise individual de forma a aliar a subscrição com o critério de precificação. Todos os riscos são registrados em sistema eletrônico de armazenamento e gerenciamento de dados, podendo ser acessado em qualquer parte do globo, permitindo a subscrição do risco a nível global.

Mitigadores do risco de resseguro – Há políticas de resseguro como forma para diluir e homogeneizar sua responsabilidade diante os riscos assumidos. Dessa política constam os critérios de riscos a ressegurar, lista dos resseguradores que atendem aos critérios estabelecidos, bem como o limite de comprometimento das cessões a ser atribuído para cada um deles. Os contratos de resseguro firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica em cada carteira.

Mitigadores do risco de provisões técnicas insuficientes. As provisões técnicas são avaliadas semestralmente, na mesma periodicidade das divulgações das demonstrações financeiras. Juntamente com as avaliações são realizados testes de adequação dos passivos de forma a averiguar a adequação dos saldos registrados considerando as premissas mais atualizadas e realistas em relação aos riscos assumidos.

Nota 5.2. Gerenciamento de risco de créditos

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro. A gestão de riscos dos ativos financeiros deve assegurar que os limites dos riscos apropriados aos investimentos não se excedam e que garantam retornos sustentáveis.

A tabela abaixo apresenta a composição consolidada da carteira por classe e por categoria contábil:

Classificação	31/12/2021		Consolidado 31/12/2020	
	Sem rating	brAAA	Valor de mercado	Valor de mercado
Disponível para Venda	8.317	-	8.317	12.085
Caixa e Bancos	615	-	615	443
Créditos das operações com seguros e resseguros	6.085	-	6.085	10.405
Outros créditos operacionais	252	-	252	41
Títulos e créditos a receber	174	-	174	7
Créditos tributários e previdenciários	1.191	-	1.191	1.189
Privados	19.066	6.106	25.172	26.374
Títulos de Renda Fixa	-	6.106	6.106	5.821
Letras Financeiras - LF	-	-	-	5.399
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	5.435	-	5.435	5.093
Quotas de Fundo de Investimento	13.631	-	13.631	10.061
Públicos	-	23.798	23.798	22.839
Letra Financeira do Tesouro - LFT	-	23.798	23.798	22.839
Exposição máxima ao risco de crédito	27.383	29.904	57.287	61.298

O valor justo dos instrumentos negociados num mercado ativo é baseado em cotação de preços em mercado ativo na data de balanço. O valor cotado dos ativos financeiros mantidos é o de mercado.

Nota 5.3. Gerenciamento de risco de liquidez

A gestão de risco de liquidez se dá pela capacidade em gerar e manter, através do gerenciamento de seus investimentos, volume suficiente de recursos para saldar seus compromissos. A administração avalia continuamente o seu fluxo de caixa em face das obrigações previstas.

Nota 5.4. Gerenciamento de mercado

O risco de mercado é a alteração no preço de mercado e sobre o valor de seus instrumentos financeiros.

Para todos os instrumentos financeiros, o CPC 40, requer a divulgação relacionada à mensuração do valor justo com base no seguinte nível:

- i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (nível 1).
- ii) Títulos não cotados nos mercados abrangidos no “nível 1” mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável mediante a utilização de modelos reconhecidos e utilizados pelo mercado.

Descrição	31/12/2021			Consolidado 31/12/2020		
	Nível I	Nível II	Valor de mercado	Nível I	Nível II	Valor de mercado
Títulos de Renda Fixa Públicos - LFT	23.735	-	23.735	22.780	-	22.780
Títulos de Renda Fixa Privados - DPGE	-	5.435	5.435	-	5.093	5.093



Títulos de Renda Fixa Privados - CDB	6.106	-	6.106	5.821	-	5.821
Títulos de Renda Fixa Privados - Letras Financeiras	-	-	-	-	5.399	5.399
Fundos de Investimentos	-	13.631	13.631	-	10.061	10.061
Total	29.841	19.066	48.907	28.601	20.553	49.154

A totalidade das aplicações financeiras (LFT's-Letras Financeiras do Tesouro) encontram-se vinculadas à SUSEP para cobertura das provisões técnicas.

As aplicações estão contabilizadas pelo valor de curva. O valor de mercado é o valor justo do ativo cotado em mercado na data de balanço.

Nota 5.5. Gerenciamento de risco operacional

Risco operacional é resultante de perdas de processos internos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios.

No período findo em 31 de dezembro de 2020 as concentrações brutas de risco para os produtos comercializados estão distribuídas da seguinte forma:

Consolidado						
31/12/2021						
Ramos	Centro Oeste	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Total Geral
Assistência e Outras Coberturas – Auto	158	732	856	163	71	1.980
Seguro Garantia - Setor Publico	1.457	4.488	1.313	784	347	8.389
Seguro Garantia - Setor Privado	1.010	2.211	626	512	465	4.824
Total Geral	2.625	7.431	2.795	1.459	883	15.193
Percentual	17,28%	48,91%	18,40%	9,60%	5,81%	100,00%

Consolidado						
31/12/2020						
Ramos	Centro Oeste	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Total Geral
Assistência e Outras Coberturas – Auto	1.130	3.702	1.462	1.178	416	7.888
Seguro Garantia - Setor Publico	8.295	4.314	4.398	684	308	17.999
Seguro Garantia - Setor Privado	75	5.676	531	155	3	6.440
Total Geral	9.500	13.692	6.391	2.017	727	32.327
Percentual	29,39%	42,35%	19,77%	6,24%	2,25%	100,00%

Nota 5.5.1. Exposição ao risco de resseguro

Natureza	Agência	Rating	Prêmio cedido em 2021	Prêmio cedido em 2020
Local	A. M. Best Company	sem rating	4.476	6.616
Admitida	A. M. Best Company	A+	(9)	2.481



Admitida	A. M. Best Company	A	0	55
Admitida	Standart & Poor's / FITCH	A+	2.223	3.363
Admitida	Standart & Poor's / FITCH	AA-	1.678	-
Eventual	A. M. Best Company	A+	845	1.219
Eventual	A. M. Best Company	A	1.602	2.163
Eventual	Standart & Poor's / FITCH	A-	374	644
Total			11.189	16.541

Os dados das agências classificadoras de rating foram extraídos do site SUSEP.

Nota 5.6. Gestão de risco de capital

A Companhia, através de sua controlada, executa suas atividades de gestão de risco de capital, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

Nota 5.7. Análise de sensibilidade

Na presente análise de sensibilidade foi considerada a variável taxa de juros como fator de risco. Simulamos como uma variação (diminuição ou aumento) de 25% na taxa de juros Selic, teriam impactado no resultado em 31 de dezembro de 2021:

Fator de risco	Premissas	Impacto no resultado	Impacto no resultado
		31/12/2021	31/12/2020
Taxa de juros	Diminuição de 25% na Taxa Selic	(586.727)	(256.463)
Taxa de juros	Aumento de 25% na Taxa Selic	586.727	256.463

Nota 5.8. Gestão de riscos financeiros

A carteira de investimentos está substancialmente protegida de riscos financeiros, os riscos são monitorados através de instrumentos e modelos de análise de risco, que leva em consideração o cenário econômico e os requerimentos regulatórios que norteiam os negócios e ativos financeiros.

O principal fator de risco que afeta o negócio discrimina-se como segue:

						31/12/2021
Classe	Indexador / Premissas	Taxa base	Taxa afetada	Saldo contábil	Impacto	Saldo impactado
Ativos pós-fixados privados						
Títulos de Renda Fixa	CDI - Aumento de 25% na taxa	4,42%	5,53%	11.541	128	11.669
Quotas de Fundos de Investimentos	CDI - Aumento de 25% na taxa	4,42%	5,53%	13.631	151	13.782
				25.172	279	25.451
Ativos pós-fixados públicos						
Títulos de Renda Fixa	SELIC - Aumento de 25% na taxa	4,35%	5,44%	23.798	259	24.057
Total				48.970	539	49.509



31/12/2021						
Classe	Indexador / Premissas	Taxa base	Taxa afetada	Saldo contábil	Impacto	Saldo impactado
Ativos pós-fixados privados						
Títulos de Renda Fixa	CDI - Redução de 25% na taxa	4,42%	3,31%	11.541	(128)	11.413
Quotas de Fundos de Investimentos	CDI - Redução de 25% na taxa	4,42%	3,31%	13.631	(151)	13.480
				25.172	(279)	24.893
Ativos pós-fixados públicos						
Títulos de Renda Fixa	SELIC - Redução de 25% na taxa	4,35%	3,26%	23.798	(259)	23.539
Total				48.970	(539)	48.431

31/12/2020						
Classe	Indexador / Premissas	Taxa base	Taxa afetada	Saldo contábil	Impacto	Saldo impactado
Ativos pós-fixados privados						
Títulos de Renda Fixa	CDI - Aumento de 25% na taxa	2,75%	3,44%	16.313	113	16.426
Quotas de Fundos de Investimentos	CDI - Aumento de 25% na taxa	2,75%	3,44%	10.061	69	10.130
				26.374	182	26.556
Ativos pós-fixados públicos						
Títulos de Renda Fixa	SELIC - Aumento de 25% na taxa	2,72%	3,40%	22.839	155	22.994
Total				49.213	337	49.550

31/12/2020						
Classe	Indexador / Premissas	Taxa base	Taxa afetada	Saldo contábil	Impacto	Saldo impactado
Ativos pós-fixados privados						
Títulos de Renda Fixa	CDI - Redução de 25% na taxa	2,75%	2,06%	16.313	(113)	16.200
Quotas de Fundos de Investimentos	CDI - Redução de 25% na taxa	2,75%	2,06%	10.061	(69)	9.992
				26.374	(182)	26.192
Ativos pós-fixados públicos						
Títulos de Renda Fixa	SELIC - Redução de 25% na taxa	2,72%	2,04%	22.839	(155)	22.684
Total				49.213	(337)	48.876

A Companhia possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

NOTA 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição da rubrica discrimina-se como segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e contas correntes	1	1	615	443
Total	1	1	615	443

NOTA 7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A composição da rubrica discrimina-se como segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Aplicações de renda fixa	6.106	5.821	48.970	49.213
Total	6.106	5.821	48.970	49.213
. Circulante (curto prazo)	-	40	19.066	15.500
. Não Circulante (longo prazo)	6.106	5.781	29.904	33.713

NOTA 8. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS**Nota 8.1 Prêmios à receber:**

Ramos	Prêmios a receber de segurados	Prêmios RVNE	Redução ao valor recuperável	Consolidado 31/12/2021
				Prêmio à receber líquido
Assistência e Outras Coberturas – Auto	306	14	0	320
Seguro Garantia - Setor Público	4.149	476	(727)	3.898
Seguro Garantia - Setor Privado	1.568	311	(17)	1.862
Total	6.023	801	(744)	6.080
			Circulante	5.016
			Não circulante	1.064

Ramos	Prêmios a receber de segurados	Prêmios RVNE	Redução ao valor recuperável	Consolidado 31/12/2020
				Prêmio à receber líquido
Assistência e Outras Coberturas – Auto	1.426	61	(23)	1.464
Seguro Garantia - Setor Público	7.077	873	(203)	7.747
Seguro Garantia - Setor Privado	311	882	(6)	1.187
Total	8.814	1.816	(232)	10.398
			Circulante	6.819
			Não circulante	3.579



Nota 8.1.1 Composição quanto aos prazos de vencimento:

A vencer	31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
A vencer de 0 a 60 dias	3.439	4.347
A vencer de 61 a 120 dias	262	521
A vencer de 121 a 180 dias	55	-
A vencer de 181 a 365 dias	823	1.083
A vencer superior a 365 dias	1.064	3.565
Total	5.643	9.516

Vencidos	31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Vencidos de 0 a 60 dias	807	917
Vencidos de 61 a 120 dias	162	79
Vencidos de 121 a 180 dias	59	38
Vencidos de 181 a 365 dias	25	49
Vencidos superior a 365 dias	128	31
Total	1.181	1.114

Total prêmios a receber	6.824	10.630
--------------------------------	--------------	---------------

Nota 8.2 Operações com resseguradoras:

São compostas por sinistros pagos a serem recuperados dos resseguradores, que na data 31/12/2021 totalizam R\$ 5 (R\$ 7 em 31/12/2020).

NOTA 9. OUTROS CREDITOS OPERACIONAIS

Ramos	31/12/2021 Créditos com corretores	Consolidado 31/12/2020 Créditos com corretores
Assistência e Outras Coberturas – Auto	2	1
Seguro Garantia - Setor Público	236	40
Seguro Garantia - Setor Privado	14	0
Total	252	41

NOTA 10. ATIVOS DE RESSEGURO PROVISÕES TÉCNICAS

ATIVO	Prêmio de resseguro diferido	Prêmio de resseguros diferido- RVNE	Sinistros pendentes de pagamento	IBNR Sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de despesas relacionadas do IBNR	31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
						Total Ativos de resseguro - Provisões técnicas	Total Ativos de resseguro - Provisões técnicas
Seguro Garantia - Setor Público	10.639	206	2.475	124	134	13.578	14.861
Seguro Garantia - Setor Privado	2.163	143	-	195	18	2.519	3.224
Totais	12.802	349	2.475	319	152	16.097	18.085
						Circulante	9.049 10.038
						Não Circulante	7.048 8.047

NOTA 11. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Nota 11.1. Créditos tributários e previdenciários

	<u>31/12/2021</u>	<u>Controladora</u> <u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2020</u>
Imposto de renda a compensar	1.184	1.182	1.265	1.183
Contribuição social a compensar	8	7	46	7
Outros tributos a compensar	-	-	1	-
Total	1.191	1.189	1.312	1.190

NOTA 12. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Nota 12.1. Detalhamento por ramo

<u>Ramos</u>	<u>CAD - Seguros</u>	<u>CAD - Cosseguro aceito</u>	<u>CAD - RVNE</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2021</u>	
Assistência e Outras Coberturas – Auto	162	-	3	165	
Seguro Garantia Setor Público	3.630	482	93	4.205	
Seguro Garantia Setor Privado	846	-	58	904	
Total	4.638	482	154	5.274	
			<u>Circulante</u>	2.581	
			<u>Não circulante</u>	2.693	

<u>Ramos</u>	<u>CAD - Seguros</u>	<u>CAD - Cosseguro aceito</u>	<u>CAD - RVNE</u>	<u>Outros custos de aquisição</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2020</u>
Assistência e Outras Coberturas – Auto	762	-	10	627	1.399
Seguro Garantia Setor Público	3.970	528	172	-	4.670
Seguro Garantia Setor Privado	1.015	-	212	-	1.227
Total	5.747	528	394	627	7.296
				<u>Circulante</u>	4.145
				<u>Não circulante</u>	3.151

Nota 12.2. Movimentação

<u>Descrição</u>	<u>CAD - Seguros</u>	<u>CAD - Cosseguro aceito</u>	<u>CAD - RVNE</u>	<u>Outros custos de aquisição</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2021</u> <u>Total</u>
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2020	3.097	1.257	615	-	4.969
Constituições decorrentes de comissões emitidas	6.228	(479)	-	1.451	7.200
Apropriações	(3.578)	(250)	-	(824)	(4.652)
Outras constituições (reversões)	-	-	(221)	-	(221)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.747	528	394	627	7.296
Constituições decorrentes de comissões emitidas	2.845	149	-	(14)	2.980



Apropriações	(3.954)	(195)	-	(613)	(4.762)
Outras constituições (reversões)	-	-	(240)	-	(240)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.638	482	154	-	5.274

NOTA 13. DÉBITOS E CRÉDITOS JUDICIAIS

Referem-se a provisões e depósitos judiciais para garantia de discussões em curso na esfera judicial e discriminam-se como segue:

Nota 13.1. Depósitos Judiciais

Descrição	Controladora/Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
PIS e COFINS s/ receitas financeiras	607	571
Total	607	571

Nota 13.2. Provisões Fiscais

Descrição	Controladora/Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
PIS e COFINS s/ receitas financeiras	610	572
Total	610	572

NOTA 14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Nota 14.1. Imobilizado

Descrição	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2020	Aquisição	Depreciação	Consolidado
					31/12/2021
Equipamentos de informática	20%	-	47	(3)	Saldo Líquido 44
Total		-	47	(3)	44

Nota 14.2. Intangível

Descrição	Taxa anual de amortização	Saldo em 31/12/2020	Aquisição	Amortização	Consolidado
					31/12/2021
Despesas com desenvolvimento para sistemas de computação	20%	1.580	303	(354)	Saldo Líquido 1.529
Total		1.580	303	(354)	1.529

Refere-se ao desenvolvimento de sistema aplicável a seguradora.

						Consolidado
<u>Ramos</u>	Prêmio de resseguro emitido	Comissões s/prêmios cedidos em resseguro	Prêmio de Resseguro - RVNE	Comissões s/prêmios cedidos em resseguro - RVNE	Ajuste ao valor de realização	31/12/2020
Seguro Garantia - Setor Público	9.484	(3.906)	651	(363)	(58)	5.808
Seguro Garantia - Setor Privado	995	(422)	777	(434)	-	916
Total	10.479	(4.328)	1.428	(797)	(58)	6.724
					Circulante	4.636
					Não Circulante	2.088

Nota 15.4. Corretores de Seguros e Resseguros:

Refere-se a comissões a liquidar com corretores de seguros e discrimina-se como segue:

Ramos	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Assistência e Outras Coberturas – Auto	582	524
Seguro Garantia - Setor Público	1.047	1.515
Seguro Garantia - Setor Privado	318	342
Total	1.947	2.381
	<u>Circulante</u>	<u>1.780</u>
	<u>Não Circulante</u>	<u>167</u>
		1.718
		663

Nota 15.5. Outros débitos operacionais:

Ramos	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Assistência e Outras Coberturas – Auto	69	18
Seguro Garantia - Setor Público	21	97
Seguro Garantia - Setor Privado	62	2
Total	152	117

Nota 15.6. Depósito de terceiros:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
De 1 a 30 dias	27	3
De 31 a 60 dias	1	1
De 61 a 120 dias	4	2
De 121 a 180 dias	1	6
De 181 a 365 dias	6	19
Superior a 365 dias	34	5
Total	73	36

NOTA 16. PROVISÕES TÉCNICAS SEGUROS

Ramos	Prêmios não Ganhos PPNG	Prêmios não Ganhos RVNE	Sinistros a Liquidar	IBNR Sinistros Ocorridos, mas não avisados	Provisão Despesas Relacionadas	Consolidado 31/12/2021
						Total
Assistência e Outras Coberturas – Auto	729	14	56	12	2	813
Seguro Garantia - Setor Público	20.984	476	3.669	167	200	25.496
Seguro Garantia - Setor Privado	4.561	311	-	247	22	5.141
Total Provisões Técnicas	26.274	801	3.725	426	224	31.450
					Circulante	17.970
					Não-Circulante	13.480

Consolidado
31/12/2020

Ramos	Prêmios não Ganhos PPNG	Prêmios não Ganhos RVNE	Sinistros a Liquidar	IBNR Sinistros Ocorridos, mas não avisados	Despesas Relacionadas IBNR	Total
Assistência e Outras Coberturas – Auto	4.449	61	108	78	12	4.708
Seguro Garantia - Setor Público	22.595	873	3.254	1.180	201	28.103
Seguro Garantia - Setor Privado	4.232	882	-	876	72	6.062
Total Provisões Técnicas	31.276	1.816	3.362	2.134	285	38.873
					Circulante	23.292
					Não-Circulante	15.581

Nota 16.1. Movimentação das provisões técnicas:

31/12/2021

Ramos	Prêmios não Ganhos PPNG	Prêmios não Ganhos RVNE	Sinistros a Liquidar	IBNR Sinistros Ocorridos, mas não avisados	Provisão Despesas Relacionadas	Total
<u>Saldos iniciais em 01/01/2021</u>	<u>31.276</u>	<u>1.816</u>	<u>3.362</u>	<u>2.134</u>	<u>285</u>	<u>38.873</u>
Constituições	15.800	-	-	-	-	15.800
Pagamentos	-	-	(1.373)	-	(34)	(1.407)
Apropriação	(20.802)	-	-	-	-	(20.802)
Avisos de sinistros	-	-	7.936	-	8	7.944
Reaberturas de sinistros	-	-	3.292	-	-	3.292
Ajustes de sinistros/despesas relacionadas	-	-	(4.261)	-	8	(4.253)
Cancelamentos de sinistros	-	-	(5.231)	-	-	(5.231)
Outras constituições(reversões)	-	(1.015)	-	(1.708)	(43)	(2.766)
Total Provisões Técnicas	26.274	801	3.725	426	224	31.450

Nota 16.2. Garantia das Provisões técnicas:

Consolidado

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Provisões técnicas	31.450	38.873
Direitos creditórios	(4.756)	(7.856)
Custos de Aquisição Diferidos redutores-PPNG	(3.753)	(4.356)
Ativos de resseguros redutores-PPNG	(10.245)	(8.397)
Ativos de resseguros redutores-PSL	(2.475)	(2.405)
Ativos de resseguros redutores-IBNR	(319)	(1.651)
Ativos de resseguros redutores-PDR de IBNR	(152)	(212)
Total a ser coberto	9.750	13.996
Ativos vinculados	23.798	22.839
Suficiência	14.048	8.843

NOTA 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**i) Capital Social**

O capital subscrito e integralizado é composto por 31.210.000 ações ordinárias nominativas, todas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

ii) Dividendos

Aos acionistas é garantido de acordo com a Lei 6404/76 um dividendo mínimo de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a legislação.

A proposta de destinação do dividendo mínimo garantido aos acionistas, de acordo com o mencionado no parágrafo anterior, será efetivada na Assembleia Geral Ordinária a que serão submetidas às demonstrações financeiras do exercício.

iii) Reserva Legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido, após crédito dos juros sobre o capital próprio, apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da lei nº 6404/76, até o limite de 20% do capital social.

iv) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio estão sendo apresentados, nas demonstrações financeiras, diretamente como uma mutação do patrimônio líquido, como distribuição de resultados, conforme facultado pela legislação societária.

v) Resultado por ação

Detalhes	2021	2020
Resultado do Exercício	1.090	(1.427)
Quantidade de ações	31.210	31.210
Lucro ou (prejuízo) por ação	0,03	(0,05)

Não há instrumentos ou acordos que influenciem (diluam) o resultado por ação.

vi) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e exigência de capital

As sociedades seguradoras devem apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) superior ou igual ao capital mínimo requerido (CMR).

O cálculo capital mínimo requerido – CMR é baseado na resolução CNSP Nº 432/2021 que determina que este deve corresponder ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.

Demonstrativo do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Controlada:

Detalhes	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Líquido	33.259	32.373
(-) Ajustes contábeis	(1.529)	(2.207)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	34	36
Patrimônio Líquido Ajustado	31.764	30.202



vii) Capital Mínimo Requerido:

Detalhes	31/12/2021	31/12/2020
Capital Base (a)	8.100	8.100
. Capital baseado no risco de subscrição	1.397	2.469
. Capital baseado no risco de crédito	1.580	1.515
. Capital baseado no risco operacional	139	214
. Capital baseado no risco de mercado	2.881	2.149
. Efeito correlação (Benefício)	(1.471)	(1.547)
Capital de Risco (b)	4.526	4.800
Capital Mínimo Requerido – maior valor entre (a) e (b)	8.100	8.100
Patrimônio Líquido Ajustado	31.764	30.202
Suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado	23.664	22.102
	292%	273%

NOTA 18. DETALHAMENTO DAS CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Nota 18.1. Prêmios ganhos

Nota 18.1.1. Principais ramos de atuação

Ramos	31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Assistência e Outras Coberturas – Auto	5.702	3.604
Seguro Garantia - Setor Público	10.606	10.676
Seguro Garantia - Setor Privado	4.494	5.204
Total	20.802	19.484

Nota 18.1.2. Prêmios ganhos

Descrição	31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Prêmios diretos	22.003	34.772
Prêmios cancelados	(5.510)	(1.764)
Prêmios restituídos	(1.300)	(681)
Prêmios de cosseguro aceito	2.742	2.556
Prêmios cancelados cosseguro aceito	(1.507)	(4.324)
Prêmios restituídos cosseguro aceito	(454)	(623)
Prêmios de riscos vigentes não emitidos (RVNE)	(1.015)	(1.208)
Prêmios de cosseguro cedido	(824)	(594)
Prêmios cancelados cosseguro cedido	650	-
Variação das provisões técnicas	6.017	(8.650)
Total	20.802	19.484

Nota 18.2. Sinistros ocorridos

Descrição	31/12/2021	Consolidado
		31/12/2020
Sinistros Diretos - Administrativos	(1.734)	(5.692)
Sinistros Diretos - Judicial	(2)	-
Despesas com sinistros	(16)	(51)
Variação da Provisão de IBNR	1.708	511
Variação de despesas relacionadas de IBNR	99	45
Variação de despesas relacionadas de PSL	(56)	(135)
Ressarcimentos	53	2
Total	52	(5.320)

Nota 18.3. Custos de aquisição

Descrição	31/12/2021	Consolidado
		31/12/2020
Comissões sobre prêmios diretos	(2.847)	(6.377)
Comissões sobre prêmios cosseguro aceito	(149)	479
Comissão sobre prêmios de riscos vigentes não emitidos (RVNE)	240	221
Comissões sobre prêmios cosseguro cedido	2	149
Outros custos de aquisição	14	(1.451)
Variação dos custos de aquisição diferidos	(1.395)	1.700
Variação de outros custos de aquisição	(627)	627
Total	(4.762)	(4.652)

Nota 18.4. Outras receitas e despesas operacionais

Descrição	31/12/2021	Consolidado
		31/12/2020
Despesas prestação de serviços Garantia Mecânica	(221)	(407)
Despesas honorários expectativas de sinistros	25	(253)
Despesa campanha corretor	(83)	(147)
Despesas com cobrança	(18)	(40)
Ajuste ao valor de realização para obrigações	362	(60)
Redução ao valor recuperável para recebíveis	(513)	6
Outras despesas com operações de seguros	(141)	(1)
Total	(589)	(902)

Nota 18.5. Resultado com resseguro

Receita com resseguro	31/12/2021	Consolidado
		31/12/2020
Indenização de sinistros	128	2.501
Despesas com sinistros	7	12

Varição da provisão de IBNR	(1.332)	(419)
Varição de despesas relacionadas de PSL	22	106
Varição de despesas relacionadas de IBNR	(79)	(33)
Total das receitas	(1.254)	2.167

		Consolidado
Despesa com resseguro	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios de resseguros cedidos	(11.189)	(16.542)
Comissão s/ prêmios de resseguros cedidos	4.660	6.852
Prêmios de resseguros cedidos RVNE	830	871
Comissão s/ prêmios de resseguros cedidos RVNE	(547)	(150)
Provisão de prêmios não ganhos de resseguro RVE	(611)	5.649
Comissões diferidas - prêmios cedidos em resseguro RVE	228	(2.357)
Provisão de prêmios não ganhos de resseguro RVNE	(830)	(871)
Comissões diferidas - prêmios cedidos em resseguro RVNE	547	150
Ressarcimentos	(9)	-
Total das despesas	(6.921)	(6.398)
Total do Resultado com resseguro	(8.175)	(4.231)

Nota 18.6. Despesas administrativas

		Controladora		Consolidado
Descrição	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	-	-	(2.055)	(1.369)
Serviços de terceiros	-	(6)	(3.998)	(4.249)
Localização e funcionamento	-	-	(617)	(249)
Publicidade e propaganda	-	-	(280)	(115)
Publicações	(3)	(15)	(25)	(36)
Outras	(1)	(1)	(7)	(3)
Total	(4)	(22)	(6.982)	(6.021)

Nota 18.7. Despesas com tributos

		Controladora		Consolidado
Descrição	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
COFINS	(15)	(10)	(611)	(555)
PIS	(2)	(2)	(90)	(76)
Impostos municipais	-	-	(3)	(16)
Impostos federais	-	-	(13)	(19)
Taxa de fiscalização SUSEP	-	-	(210)	(200)
Outras	(22)	(66)	(23)	(68)
Total	(39)	(78)	(950)	(934)

Nota 18.8. Resultado financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras				
. Com títulos de renda fixa	325	228	1.648	963
. Com operações de seguros	-	-	10	100
. Com fundos de investimentos	-	-	699	62
. Variação monetária ativa	64	43	64	43
	389	271	2.421	1.168
Despesas financeiras				
. Com operações de seguros	-	-	(1)	(9)
. Encargos de mora	(54)	-	(55)	(9)
. Imposto sobre operações financeiras	-	-	(17)	(31)
. Taxa de custódia	-	-	(47)	(102)
. Taxa CETIP / SELIC	-	-	(33)	(31)
	(54)	0	(153)	(182)
Resultado financeiro	335	271	2.268	986

Nota 18.9. Resultado Patrimonial

Descrição	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
. Equivalência Patrimonial - JNS Seguradora	798	(1.598)
Resultado Patrimonial	798	(1.598)

Nota 18.10. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável real.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda e contribuição Social Corrente	-	-	(403)	-
Total	-	-	(403)	-
Lucro Líquido do Exercício	1.090	(1.427)		
(-) Juros sobre capital próprio	(310)	(237)		
(+) Adições permanentes	(798)	1.598		
(+) Adições temporárias	39	78		
(-) Exclusões temporárias	(22)	(13)		
Base de cálculo ajustada	(1)	(1)		
. Imposto de renda	-	-		
. Contribuição Social	-	-		



O imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro líquido que excede a R\$ 240.000 anuais, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é calculada à alíquota de 9% para a holding e 15% para o segmento de seguros, sendo para o segmento de seguros a alíquota de CSLL aumentada para 20% no período de julho/2021 a dezembro/2021, conforme Lei nº 14.183/2021.

Não estão sendo constituídos créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais referentes aos exercícios subsequentes, os quais estão sendo controlados na escrituração fiscal.

NOTA 19. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e movimentações com partes relacionadas discriminam-se como segue:

Descrição	31/12/2021			Controladora / Consolidado 31/12/2020		
	Ativo	Passivo	Resultado/PL	Ativo	Passivo	Resultado/PL
Contratos de mútuo	-	632	-	-	600	-
Lucros e dividendos	-	1.098	-	-	727	-
Juros sobre o capital próprio	-	1.633	(310)	-	1.369	(237)
Total	-	3.363	(310)	-	2.696	(237)

Referem-se a operações de mútuo realizadas com empresas integrantes do grupo econômico ao qual pertence a empresa. São contratos firmados sem cláusula de remuneração, devido ao controle societário comum.

NOTA 20. INVESTIMENTOS

Na data de encerramento das demonstrações contábeis, o investimento na controlada direta JNS Seguradora S/A (CNPJ.: 30.862.594/0001-00) demonstra-se da seguinte forma:

JNS Seguradora S/A
CNPJ.: 30.862.594/0001-00

Detalhes do investimento	2021	2020
Percentual de Participação	90,0%	90,0%
Saldo Inicial do Investimento	29.136	28.034
Equivalência Patrimonial	798	(1.598)
Aportes para aumento de capital	-	2.700
Saldo Final do Investimento	29.934	29.136
Principais informações contábeis da investida:	2021	2020
Ativos	72.933	81.248
Caixa e Equivalentes	614	442
Aplicações Financeiras	42.864	43.392
Créditos das operações com seguros e resseguros	6.085	10.405



Outros créditos operacionais	252	41
Ativos de resseguros	16.097	18.085
Custos de aquisição diferidos	5.274	7.296
Imobilizado	44	-
Intangível	1.529	1.580
Outros	174	7
Passivo Exigível	39.674	48.875
Fornecedores	466	243
Obrigações fiscais	48	57
Obrigações sociais	105	196
Encargos trabalhistas	67	60
Débitos das operações com seguros e resseguros	7.317	9.290
Depósitos de terceiros	73	36
Provisões técnicas - seguros	31.450	38.873
Outras obrigações	148	120
Patrimônio Líquido	33.259	32.373
Lucro (Prejuízo) Líquido no Período	886	(1.775)
Prêmios ganhos	20.802	19.484
(-) Sinistros ocorridos	52	(5.320)
(-) Custos de aquisição	(4.762)	(4.652)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	(589)	(902)
Resultado com resseguros	(8.175)	(4.231)
Despesas administrativas	(6.978)	(5.999)
Despesas com tributos	(911)	(856)
Resultado financeiro	1.933	715
Imposto de renda e contribuição social	(403)	-
Participações sobre o resultado	(83)	(14)

NOTA 21. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Devido a sua estrutura operacional a controladora não possui apólices de seguros contratadas, para cobertura patrimonial ou cível;
- b) Não é política da administração a contratação de instrumentos financeiros derivativos.

JORGE NACLI NETO
DIRETOR PRESIDENTE

EMERSON LUIZ VIEIRA
CONTADOR CRC-PR 062.338/O-0
CPF 033.302.629-23